

Brasília — A Comissão Parlamentar de Inquérito que examina o endividamento externo brasileiro, na Câmara dos Deputados, deverá propor, em seu relatório de conclusão, em setembro, a adoção de medidas de caráter judicial para apurar a responsabilidade de representantes brasileiros nos processos de negociação dos compromissos externos. A CPI vai sugerir também que sejam feitas alterações de cunho legislativo, para permitir ao Congresso Nacional participar da renegociação da dívida.

Essas propostas foram adiantadas pelo professor Cristóvam Buarque, da Universidade de Brasília (UNB), coordenador de um grupo de economistas que assessorava a CPI da dívida externa. Segundo o professor Buarque, o presidente da Comissão, Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), recomendou expressamente aos assessores técnicos que eles não se limitassem apenas à análise crítica dos depoimentos prestados à CPI.

— O Deputado Alencar Furtado nos solicitou que a CPI não ficasse só na observação acadêmica do problema da dívida externa e apresentasse propostas reais para resolver a questão, disse o professor da UNB.

Os assessores da CPI elaboraram diversos pareceres técnicos, que ainda estão sendo analisados pelo professor Cristóvam Buarque. Ele evitou detalhar os trabalhos dos economistas que assessoraram a CPI, mas assinalou que, ao final deste mês, toda a documentação será remetida aos Deputados Alencar Furtado e Sebastião Nery (PDT-RJ), que é o relator. A conclusão dos trabalhos da comissão será conhecida só no dia 10 de setembro.

Na secretaria da comissão, 43 volumes guardam o material recolhido pela CPI da dívida externa. Alguns dias antes de viajar para o

Paraná, onde passa o recesso parlamentar, o Deputado Alencar Furtado confidenciou a amigos que pretende oferecer ao Congresso Nacional o maior trabalho até hoje executado por comissões de inquérito, mais volumoso que o próprio relatório da CPI das multinacionais, no qual ele também trabalhou na década passada.

— Os economistas que assessoraram a CPI da dívida externa estão realizando um trabalho técnico, com consciência política. Os deputados, por sua vez, quando receberem o nosso material, concretizarão um trabalho político com subsídios técnicos, ressaltou Cristóvam Buarque.

Na sua opinião, os depoimentos vinculados a denúncias de corrupção contra o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, prestados pelos coronéis Saraiva e Dickson Grael e por Marisa Tupinambá, ex-secretária da Embaixada Brasileira em Paris, foram consideradas "sem relevância".

Segundo o professor da UnB, há uma lógica no processo de endividamento vivido pelo Brasil. "Não nos endividamos por acaso ou por real necessidade de contrair recursos no exterior. Foi criada uma situação internacional, que nos induziu a pegar recursos externos e que contou com a levianidade por parte de quem negociou os nossos contratos de empréstimos", frisou.

E acrescentou: "analisando a dívida externa brasileira, concluímos que todos tinham muita pressa. Nossos representantes estavam sumamente preocupados em garantir os recursos e, por isso, assinavam os papéis de qualquer jeito, sem discutir as taxas e condições impostas pelos emprestadores". Como argumentou o professor Buarque, "as coisas foram feitas do modo típico dos tecnocratas, ou seja, sempre jogando o problema para frente, sem analisar as consequências políticas".